

Identidades transnacionais: imigração, exclusão e direitos humanos em contextos comparados

Rafael Tassi Teixeira (Doutor)

Curso de História – Universidade Tuiuti do Paraná

Alexsandro Eugenio Pereira (Doutor)

Relações Institucionais – Universidade Tuiuti do Paraná

Resumo

Este trabalho procura traçar séries de aproximações entre as questões contemporâneas baseadas nos fluxos de recepção e origem dos distintos movimentos migratórios que examinam a condição mais atual das sociedades “hipermodernidades” (Lipovetsky, 2006): trânsito de pessoas e aceleração dos deslocamentos. Sem por isso, ganharmos uma relativização absoluta do espaço e um desaparecimento do território, a noção possível da pertença e os registros da estrangeiridade em um mundo cada vez mais exclusivo em termos de tratamento sobre agregações e coletividades em situações de trânsito, fazem com que as experiências de vida e os projetos migratórios sejam possíveis em um encurtamento das distâncias físicas. Neste aspecto, o trabalho pretende abrir portas de análise que tornem imperativo o estudo das novas identidades transnacionais (Portes, 2004 e Ribeiro, 2005), buscando traçar análises para produzir interpretações conjuntas sobre a emergência das novas identidades transnacionais e ampliar o interesse da observação das imigrações como fenômeno mundial contemporâneo com relevante impacto sobre as novas dinâmicas da pertença e da estruturação da alteridade.

Palavras-chave: migrações transnacionais; contextos de recepção e origem; direitos humanos; identidades culturais comparadas.

Abstract

This presentation attempts to trace a series of approaches between contemporary issues based in the fluxes of reception and origins of the distinct migratory movements that examine the most current “hypermodern” societies: transit of people and displacement acceleration. Without gaining, because of that, an absolute relativisation of the space and the disappearance of the territory, the possible notion of the domain and the records of the foreignism in a world more and more exclusive when it comes to the treatment of aggregation and collective transit situations, that makes life experiences and migratory projects possible by narrowing physical distances. In this regard, this presentation’s intent is to open analytical doorways that make imperative the study of new transactional identities, attempting to trace analysis that produce collective interpretations about the emergency of new transactional identities boasting the interest over the observation of migrations as a worldwide contemporary phenomenon with significant impact over the new dynamics of the domains and structuring the alterative.

Key words: transactional migrations; reception and origins context; human rights; compared cultural identities.

Fluxos migratórios e a geografia da pertença: sob emergência trans e direitos humanos em contextos de possíveis comparações

As novas lógicas das produções da diferença, as pautas políticas das agências governamentais, as legislações recrudescentes e as restrições contemporâneas à livre circulação de pessoas e cidadanias, impulsiona ainda mais a necessidade de produzir dados sobre os deslocamentos humanos.

Segundo dados da ONU (2008), 200 milhões de pessoas vivem fora de seu país de origem e ainda sofrem as consequências das discriminações, falta de respaldo jurídico e social, considerados cidadanias de segunda classe (Nair, 2007). A natureza dessas contradições atuais baseadas na livre circulação de pessoas e os preceitos dos Direitos Humanos não podem ser deixados de lado, assim como a necessidade de aprofundar as interpretações sobre os diferentes contextos de recepção e partida, a transmissão de valores culturais e o entendimento dos mecanismos de atitudes de atração e repulsa dos grupos migratórios.

Dessa forma, o artigo busca examinar as formas de solicitação dos deslocamentos, os empecilhos à cidadania universal como bem comum da pluralidade humana e as diversidades de contornos culturais

em situações específicas onde os imigrantes são visualizados e recebidos. Os enfoques teóricos atuais (Water; Jimenez, 2005, Levitt; Jaworsky, 2007) sobre os imigrantes, em situação política, econômica, sociocultural e territoriais discrepantes, trazem em conjunto a preocupação sobre as questões dos fluxos de recepção e incorporamento de pessoas e grupos humanos a partir de escalas micro e macrosociais.

Nesse âmbito, condições específicas de identidades emergentes, migrações que regressam, vínculos abandonados e outros que recrudescem, são importantes pontos de análise para o conhecimento das identidades plurais e das novas narrativas contemporâneas.

As permanentes situações de ambiguidade prevalecem, como formula Martes e Fleischer (2003), como *modos operandi* da maior parte dos novos fluxos migratórios atuais. Nesse aspecto, a prevalência do conceito de transnacionalidade (Levitt; De la Dehesa, 2003) abrange as incorporações do espaço mutável e os ciclos de transformação globalizante (Canclini, 2003) mediados pela ética da cultura “hipermoderna” (Lipovestky, 2006), encarregando a não necessária interrupção comunicacional entre os indivíduos que deixam seus países e seus projetos de permanência e retorno.

No caso dos fluxos migratórios atuais, isso significa que a própria natureza comunicacional,

deslocada e cambiante das sociedades “hiper”, abrem constantemente espaço para que os projetos migratórios tradicionais dos imigrantes flertem com a possibilidade de manutenção, recriação e religamento com novas formas e possibilidades de exercício das identidades migratórias.

Sobre o curso das sociedades transnacionais (Portes, 2004), o aspecto relevante é não apenas os novos modos de desaprisionamento do espaço em relação à pertença, mas o volume significativo com que as subjetividades migratórias contemporâneas produzem séries de redefinições sobre a inconsistência do “estar aqui” e “estar lá”. O acionamento das ordens culturais, como desenvolveu com anterioridade Homi Bhabha (1998), já frisou a perspectiva transfronteiriça da pertença e a variabilidade das políticas de representação, quando intencionadas por atitudes valorativas e vantajosas dos próprios portadores das possibilidades culturais.

Identidade, é bom lembrar, há um bom tempo não é mais sinônimo de engessamento ou variabilidade pré-determinada, mas sim acontecimento recíproco entre a condição do reconhecimento e a estratégia do interesse exposto, quando possível e realizável. Aqui mesmo, a natureza da produção dos vínculos ganha uma fissura razoável de entendimento da variabilidade. Aquiescer em um lógica fabricada pelas relações duráveis, pelos circuitos estáticos de ordenamento prévio, já nem é

possível como assumido, embora surja constantemente como pretensão nos particularistas universais cedidos pelos meios de comunicação e pelos discursos governamentais.

Pré-requisito da “hipermodernidade”, nesse sentido, é apreender e acionar fórmulas relacionais, pertencer à possibilidade de ultrapassar situacionismos mononucleares lidos como exclusivos, escavados pelas diferenças e retidos na cômoda ficção do eu. Do outro lado da inconstância, os paradigmas das identidades transnacionais, dos preceitos dos Direitos Humanos e as irrupções universalistas mais lidas como reconhecimento que como desigualdades muitas vezes, abrem a urgência das necessidades de compor quadros temáticos a partir de núcleos de pesquisa sobre as variações da intensidade trans.

Nesse ponto, um fenômeno social do porte dos novos fluxos migratórios é uma sensível e abrangente porta de entrada para o estudo dos sistemas de representação contemporâneos, nele existindo variadas formas de narratividades e percepções culturais. Como as sociedades de origem e as de recolhimento valoram, através de múltiplas uniformidades conceituais geralmente, as condições dos novos imigrantes, como estabelecem (uma crítica frequentemente apontada por vários é justamente esta carência) normatividades jurídicas inclusivas e direcionais, como disseminam um

continuismo de filosofias de pertencimento exclusivistas e retrógradas que deveriam de estar ultrapassadas pela modernidade trans, são pontos de interesse relevante para o questionamento das representações.

Na cartografia da segregação, como expõem Gibernau e Rex (2005), quase nunca há contínuas produções de sistemáticas reflexivas fora do oportunismo político e econômico dos méritos migratórios, das subjetividades diferenciadas lidas a partir de paradigmas multiculturais (Mclaren, 1997) que, mesmo que amplamente criticados não concluem, na maioria das vezes, em ações efetivas dos atores nacionais.

Na percepção das alteridades, há o risco de emergê-las em panoramas e superfícies, dicotomias culturais várias vezes ambicionadas pelas agências e pautas políticas dos governos notórios em plausificar certos estilos de hegemonia que incorporam linguagens “trans” e “hiper”, mas plenamente não as acionam como deveriam de fazer. Fatores tais como cidadanias de segunda (e última) ordem, dentro de espaços ditos como democráticos, seguem ocorrendo a revalia das novas nomenclaturas da mobilidade.

O acionamento econômico, policial e o limbo jurídico são modelos conhecidos pelas coletividades transmigrantes, pelas diferenças atraídas, convidadas, mas permanentemente não desejadas, expostas em

novos velhos nichos mercadológicos (domésticas, construção civil, serviços manuais, etc.) sobreviventes que não contêm nem permitem projetos de relevo dentro dos lugares onde “los otros *sin papeles*” não são convidados.

Nesse sentido, o desafio da consensualidade partícipe e não residual não é facilmente exposto, pois a ética das operações contemporâneas, do homem em trânsito e fragmentado por regime de representações aos quais não tem domínio possível, está em situação permanente de desigualdade (Bauman, 2003). Superficialmente, as estruturas múltiplas das identidades propagadas por muitas instituições ditas democráticas apenas fazem com que a variabilidade se una a séries de características vantajosas para quem consegue determinar os modelos preferenciais de agenciamento da ‘pluralidade cultural’.

Na natureza dos lugares “trans”, “hiper” e “ultramodernos”, as condições de relevo, portanto, não são uniformidades discutidas sobre possibilidades plenas de extensão de processos políticos que detectam diferenciações, mas sim, modos de congruência esvaziados por onde se consolidam novas possibilidades discriminatórias. Como reflete Habermas (2004), os termos atuais das identidades emergentes, as confecções exclusivas do pertencimento, as aspirações autônomas e a aplicação dos Direitos Humanos em situação de

abrangência, esbarram amiúde nas ordens públicas não compartilhadas sobre a noção da realização destes direitos em contextos específicos.

Nesse ponto, as identidades transnacionais ainda seguem configurando e desconfigurando-se em antigos ordenamentos territoriais e cidadanias impositivas. Por um lado, os direitos às identidades particulares e a variedade cultural avança nas sociedades “hipermodernas” mas, na prática, como apontam pesquisas (Glick Schiller, Nina, 2005) com as novas coletividades migratórias, os próprios estados constitucionais refletem pouco sobre a natureza efetiva da aplicação de pluralidades políticas que se tangenciem por características mais inclusivistas.

Isto que dizer que, na maioria dos casos, a questão exposta da pertinência do reconhecimento da perspectiva cultural pelos Estados Democráticos de Direito já foram traçados em âmbitos de partida, mas sem por isso serem promotores efetivos de políticas e sistemáticas de reflexão que traduzam com abrangência aqueles preceitos de cidadania, inclusão, possibilidades normativas plenas para atores transnacionais.

Expor essas premissas é certamente posicionar que integração social é um ponto chave nos estudos sobre deslocamentos espaciais de indivíduos e coletividades contemporâneas. Mas a relatividade invariável e a indiferença do direito de abster-se (Bauman, 2003)

promulgam modelos de atomizações exclusivistas que realizam novas e perpétuas imobilidades escritas pela normativização implícita de confinamentos representativos que não traçam amplamente o direito ao questionamento de todas as identidades focalizadas.

O caráter contínuo de privação simbólica sobre certas identidades coletivas e a impossibilidade de controle sobre suas próprias representações, como interpreta Wacquant (2001), estabelece a criminalização da própria diferença residual compreendida como lugar estacionário onde a privação é externada na substituição da abrangência cidadã por um jogo de sedução (Lipovestky, 2004) que apenas elenca a alteridade sem compreendê-la nem realizá-la.

A partir disso, as relações entre identidade, migração e exclusão podem ser lidas como pontos de orientação para o entendimento das dinâmicas-chave a respeito dos mecanismos operatórios de muitas sociedades contemporâneas democráticas. A característica eminentemente impeditiva dos modelos de recepção de imigrantes, a não superação de paradigmas multiculturais regidos por superfícies de tolerância liberal e a não aplicação efetiva de contratos de normatividades extensíveis aos coletivos e individualidades, fazem dos sujeitos impedidos de escolha a base para qualquer modelo de urgência desenvolvido atualmente.

O imperativo de se acionar conjuntamente

justiça distributiva com política de reconhecimento e a possibilidade de maior domínio da própria representatividade fora do modelo de imposição (político, midiático, econômico, cultural), é ponto de direito para que o cultural estetizado não colapse. E que este cultural também não impeça a obrigatoriedade da aplicação de políticas que visem a estrangeiridade sob constâncias de igualdade que incluam e disponham, antes que relativizar superficialmente refúgios que apenas ocupam a característica essencialmente segregadora das sociedades que recebem, na maioria das vezes.

No caso dos fluxos migratórios recentes de estrangeiros ao Brasil, pode-se observar uma tendência inversa à tradição histórica do país que, no início do século XX, atraiu significativas levas de imigrantes para o seu território em busca de oportunidades econômicas.

O Brasil é, hoje, um país emissor, isto é, um país que envia brasileiros para outras partes do mundo. Dados recentes não são conclusivos a respeito da quantidade de estrangeiros no Brasil, pois há um contingente de imigrantes que residem no país na clandestinidade. Em 1990, o Centro de Estudos Migratórios de Porto Alegre (citado em Patarra e Baeninger, 1995) informava que existiriam no país cerca de 5 milhões de latinos em situação irregular.

Há indícios, segundo as autoras, de que uma parcela significativa de mulheres se desloca para o Estado de São Paulo e chegam a trabalhar 18 horas por dia em confecções localizadas nesse Estado. Predominam, nessa leva recente, bolivianos e colombianos. Essas confecções, por sua vez, pertencem hoje aos coreanos, cuja população não ultrapassa os 250 mil.

E, registrados no Brasil, existem aproximadamente 290 refugiados provenientes de países latino-americanos. O caso desse fluxo de mulheres que trabalham clandestinamente nas confecções paulistas atesta a dinâmica atual do processo de globalização econômica que orienta, em certa medida, os fluxos migratórios recentes.

No caso do Brasil, a saída de brasileiros e a entrada de estrangeiros confirmam essa dinâmica, pois a vinda de pessoas provenientes de países latino-americanos está relacionada com a posição econômica do Brasil no continente, sua economia diversificada e com a busca de oportunidades de renda e emprego no país¹.

Nesse contexto, a migração internacional e clandestina parece configurar o *tipo* de movimento específico dessa nova *etapa* do capitalismo, gerando questões específicas, as quais dizem respeito às

condições de vida desses migrantes nos países de destino, geralmente inseridos no mercado secundário de trabalho, e à complexidade das questões étnicas, econômicas e políticas”. (Patarra; Baeninger, 1995, p. 140).

Para compreender o atual perfil das migrações internacionais, é necessário examinar a dinâmica do capitalismo no mundo globalizado. Nesse sentido, o Brasil atrai emigrantes de países vizinhos, mais pobres ou de outras regiões do mundo mais empobrecidas, particularmente alguns países de língua portuguesa da África. É o caso, também, dos imigrantes que residem aqui por causa dos investimentos estrangeiros no Brasil. Como atesta Lucia Lippi de Oliveira (2002), donos de empresas começam a chegar ao Brasil a partir dos anos 1990. Estudos sobre a migração interna são mais frequentes na atualidade do que aqueles que procuram dar conta do fluxo migratório em direção ao Brasil. No entanto, alguns estudos conseguem traçar o perfil das migrações internacionais para o Brasil.

Nos anos 1980, por exemplo, os dados mostram que o país apresentou um saldo negativo, isto é, houve mais saídas de brasileiros do que entradas de estrangeiros. (Carvalho, 2006). Confirma-se um

1 “No cenário recente das migrações internacionais, em seu volume e composição, há que se considerar a constituição de mercados integrados (União Européia, Mercosul [do qual o Brasil faz parte]). Apesar dessa integração, a desigualdade entre países é cada vez mais acirrada, resultando numa ‘invasão de espaço dos países ricos pelos deserdados do capitalismo’”. (SALLES, 1992, p. 55).

decréscimo no total de estrangeiros no Brasil no período que vai de 1980 (912 mil) até o ano 2000 (651 mil). Desse contingente estrangeiro, é possível perceber que predominam nacionalidades provenientes da Europa (Villa e Rodrigues, 2000): mais da metade desse estoque de estrangeiros nasceram na Europa (57,5%). Seguem, mais distantes, os asiáticos (18,2%), com destaque para os japoneses (10%) e os ‘mercosulinos’ (17,2%) (conferir Patarra; Baeninger, 2004).

Esses dados são reveladores do baixo número de imigrantes que o país recebe no momento, por razões econômicas já apontadas acima e que nos tornam “exportadores” por assim dizer de mão-de-obra para os países desenvolvidos. No caso brasileiro, no entanto, chama a atenção uma característica da sociedade brasileira apontada por Oswaldo Truzzi (2001), que pode suscitar reflexões fundamentais a respeito das relações interétnicas no Brasil.

Essa característica, ainda, permitiria estudos relevantes para o estabelecimento de comparações com realidades socioculturais distintas da brasileira, como as realidades dos países europeus, onde se vislumbram situações de xenofobia e de conflito intercultural cuja origem pode ser relacionada às questões econômicas².

Nesse sentido, a reflexão proposta por Truzzi, no artigo em questão, permite desvendar o mote a partir do qual serão essenciais estudos comparados sobre os fluxos migratórios internacionais no mundo contemporâneo. A partir do campo das novas emergências identitárias, os diferentes contextos transnacionais surgem com relevância intermitente na produção do conhecimento sobre as identidades plurais, as novas dinâmicas do preconceito e as cidadanias de segunda classe. Sobretudo, a geografia da pertença como lugar possível que deixa de estacionar as uniformidades em sucessivos de acontecimento mas que ainda segue demarcando hierarquias e atomizações. Em outras palavras, a marcação da exclusividade em um espaço globalizante segue existindo e sendo muitas vezes empecilho para se obter processos mais concernentes ao campo dos Direitos Humanos aplicados.

Nessa ótica, os fluxos migratórios contemporâneos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil servem como importante campo de análise para entender as novas culturalidades e os conhecimentos específicos que produzem o grau de recepção, os vínculos de partida, as dinâmicas subjacentes ao desafio

2 Segundo Truzzi, “num cenário comparativo com outros países receptores de imigrantes, a sociedade brasileira, de modo geral, e mais particularmente a paulista, normalmente foram vistas como integradoras ou diluidoras das características de afirmação étnica dos grupos que receberam. No Brasil, existiu (e ainda existe) uma ideologia, erigida em uma quase doutrina oficial, mas também amplamente difundida na sociedade, a respeito da assimilação de grupos étnicos: quanto mais rapidamente esta se processar, melhor”. (Truzzi, 2001, p. 143).

da integralidade. O panorama da recepção, o papel dos meios de comunicação, as facilidades comunicacionais e as diferentes perspectivas da transnacionalidade são modos possíveis de reconhecimento do local da cultura e da identidade no espaço contemporâneo (Bhabha, 1998).

Aqui mesmo, o propósito de traçar temáticas reflexivas a partir de conjuntos de dados estatísticos em populações separadas, possibilita a ampliação de esferas de conhecimento e de referências comuns para se pensar problemáticas substanciais (imigração, cidadanias, Direitos Humanos, integração, etc.) que respondem atualmente as características da cultura e dos sistemas de recepção dos deslocamentos humanos.

Sob diferentes contextos, a análise das pluralidades étnicas deve conter uma proposta interdisciplinar que conduza a interpretação do fenômeno da identidade e das novas narrativas transculturais para se poder perceber como os processos classificatórios e os impedimentos jurídicos seguem existindo em um universo dito globalizando. Nesse aspecto, tanto a cultura segue provendo blocos de representações pensadamente sem fissuras, como as políticas de integração e as condições legislativas marcam aparências e novas modalidades de exclusivismos que impedem a criação de agendas mais positivas e mais determinantes para a promoção das políticas de reconhecimento (Nair, 2007).

Tal como marcam boa parte das propostas midiáticas, as impossibilidades de auto-representação dos imigrantes e das culturas ditas periféricas, recebem conjuntos de negatividade que espelham registros de imaginários ainda imbuídos de práticas dicotomizantes que fabricam e falsificam as identidades. No âmbito da suspensão das auto representações, as políticas de alteridade não seguem uma ordem distributiva e igualitária, resultando em efeitos perversos na manutenção de estereótipos que são muitas vezes determinantes para se impossibilitar o conhecimento das identidades dos imigrantes em situações de deslocamento.

O estudo da diversidade cultural e os efeitos sobre as relações entre identidade, imigração e exclusão, portanto, são pontos-chave significativos para se promover diagnósticos a respeito das atuais produções das alteridades e da cultura do distanciamento relacional, em um mundo cada vez mais próximo fisicamente e que segue sendo o mundo que impede, categoriza, restringe, negativiza, força frequentemente ao abandono e ao desconhecimento dos próprios direitos na alternância: a real, sentida e desejada e não a conduzida e colocada.

A interdisciplinaridade, nesse sentido, é lugar e combustível necessários para se realizar a prática da integralidade e o conhecimento, representante e representativo para todos, dos novos espaços em que vivemos.

Referências

- BAUMAN, Z.. Comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BHABHA, H. O Local da Cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CANCLINI, N. G. A Globalização Imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CARVALHO, J. A. M. Migrações internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX: algumas facetas de um processo complexo amplamente desconhecido. In: Migrações internacionais e a Previdência Social/Ministério da Previdência Social. – Brasília: MPAS, SPS, CGEP, 2006.
- GIBERNAU, M. The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration. Maldon, 2005.
- GLICK-SCHILLER, N. Transnational Social Fields and Imperialism. IN: Anthropological Theory 5 (4), 2005.
- HABERMAS, J. Struggles for Recognition in the Democratic Constitutional Regime, In: Multiculturalism, 2004.
- LEVITT y DE LA DEHESA, R. Transnational Migration and the Redefinition of the State: Variations and Explanations. Ethnic and Racial Studies, 26 (4) julho, 587-611, 2007.
- LEVITT, P.; JAWORSKY, N. Transnational Migration Studies: Past Developments and Future Trends. IN: Annual Review of Sociology 33, 2007.
- LIPOVETSKY, G. Os Tempos Hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- MARTES, A. C. B.; FLEISCHER, S. Fronteiras Cruzadas: Etnicidade, Gênero e Redes Sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- MCLAREN, P. Multiculturalismo Crítico. São Paulo: Cortez, 1997.
- NAIR, S. Y. Vendrán... Las Migraciones en Tiempos Hostiles. Barcelona: Bronce, 2007.
- OLIVEIRA, L. L. O Brasil dos imigrantes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil (considerações preliminares). In: PELLEGRINO, Adela. (compiladora). Migración e integración. Nuevas formas de movilidad de la población. Montevideo: Ediciones Trilce, 1995.
- _____. Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica- Brasil no Mercosul. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambu- MG, Brasil, 2004, 18 - 20 de set.

PORTES, A. Convergências Teóricas e Dados Empíricos no Estudo do Transnacionalismo Imigrante, In: Revista Crítica de Ciências Sociais. N 69, 13-93, 2004.

SALES, T. Brasileiros Longe de Casa. São Paulo: Cortez, 1999.

TRUZZI, O. Estudos Migratórios: Perspectivas Metodológicas. São Carlos: Eduscar, 2005.

_____. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 27, pp. 143-166, 2001.

VILLA, M.; MARTÍNEZ, J. Tendencias e Patrones de la Migración Internacional en América Latina y Caribe. Simpósio sobre Migraciones Internacionales en las Américas. OIM/CEPAL-CELADE/FNUAP, Costa Rica, 2000.

WACQUANT, L. As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WATERS, M.; JIMENEZ, T. Assessing Immigrant Assimilation: New Empirical and Theoretical Trends. In: Annual Review of Sociology 31, 2005.